

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	90

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.057/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)”.

VOTAÇÃO DO PARECER PELA REJEIÇÃO

Eu indago aqui à Deputada Júlia Lucy – ela fez um parecer pela rejeição –, se S.Exa. quer que faça a votação do seu parecer, ou se eu posso, para a gente ganhar tempo aqui, passar para fazer um novo parecer ao Deputado Valdelino Barcelos.

Ok, então vamos votar o parecer da Deputada Júlia Lucy.

Proferido o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças pela rejeição do projeto na sessão ordinária do dia 25/08.

Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Só um minutinho. Eu vou passar aqui a palavra aos Deputados, em seguida, quando terminar a discussão, eu vou passar aqui ao Líder do Governo para orientação, ao Líder da Minoria e da Maioria da mesma forma.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	91

Então, primeiro a Deputada Júlia Lucy para discutir, depois o Deputado Prof. Reginaldo Veras, em seguida o Deputado Leandro Grass.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Obrigada, Sr. Presidente.

Só para lembrar aqui aos colegas que nós rejeitamos o projeto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara. Ela exige que os projetos que majorem despesas sejam acompanhados de justificativas e do apontamento de onde vêm.

Então, na realidade, esses documentos não foram apensados ao processo. A gente apontou isso na semana passada. O governo não apensou nenhum outro documento. Também nós não temos planilhas,

s/ Pedro

REVISORA S/GISELA

PEDRO/GISELA

O governo não apensou nenhum outro documento. Também nós não temos planilhas, nós não temos condições de avaliar a necessidade de encaminhar mais recursos para essas empresas. O governo alega um desequilíbrio no contrato, mas não podemos afirmar isso, na medida em que não recebemos esse documento. Portanto, suplementar em mais cem milhões de reais é, sim, um ato de passar dinheiro para as empresas sem saber o que está acontecendo e de uma forma bastante leviana, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	92

Então, nosso parecer é técnico e é pela rejeição, pela inadmissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Vou passar a palavra ao Deputado Reginaldo Veras. Em seguida, será o Deputado Leandro Grass. Deputado Hermeto, peço só um pouco de paciência. V.Exa. poderá orientar depois.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto a ressaltar que a Deputada Júlia Lucy fez com muita sabedoria o parecer, abordando a questão técnica de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao dar uma postura negativa a tal proponente. A justificativa única que existe é o equilíbrio financeiro do sistema. Que equilíbrio? O que está sendo pago, em relação ao que foi contratado, que foge do contrato? Se eu aluguei uma casa, um imóvel, por dois mil reais e paguei só mil e quinhentos, houve um desequilíbrio financeiro, porque não honrei o meu contrato. Assim, a gente vai ter que discutir com o proprietário, e ele vai dizer os porquês. “Ah, eu fiz uma reforma” ou “Eu não fiz”. O que as empresas de ônibus apresentaram em termos de planilha? Volto a afirmar o que eu já falei aqui, na semana passada: é um escárnio, para o usuário de ônibus do Distrito Federal, essa proposta. De manhã, o pessoal anda igual lata de sardinha e, à tarde, igual lata de sardinha, mas sem o perfume da manhã. Sei o que é isso, porque eu saía

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	93

do Setor P Norte, na Ceilândia, para ir à Universidade de Brasília, às seis horas da manhã. O ônibus podia capotar, que ninguém se mexia, Deputado Chico Vigilante, porque não havia espaço. E voltava do mesmo jeito. Então, Srs. Deputados, tenho certeza de que os cidadãos do Distrito Federal e do Entorno... A Secretaria de Mobilidade, achando-se competente, ainda se deu ao trabalho de ir resgatar, de querer administrar o transporte de parte do Entorno. Não consegue gerir nem o do DF e quer gerir o do Entorno. É um escárnio! Cem milhões de reais não é um real. São cem milhões de reais que vão encher o bolso de quem já tem muito, para oferecer um serviço de transporte de péssima qualidade.

Eu, Deputado Prof. Reginaldo Veras, serei contra essa grana, esses cem milhões que serão dados aos donos de empresa de ônibus. Votarei contra essa proposta e sempre contra enquanto não me provarem que é necessário dar dinheiro extra para garantir o tal equilíbrio financeiro do sistema. Que nome bonito!

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhando aqui meu nobre colega, meu companheiro de bloco, Deputado Prof. Reginaldo Veras, e seguindo também a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	94

avaliação da Deputada Júlia Lucy, muito bem feita, em relação ao projeto, também votarei contrariamente pela seguinte razão: esse é o famoso cheque em branco. Este é o valor – lembro a todos que estão nos vendo, senhoras e senhores: são cem milhões de reais, além daquilo que já é pago todo mês, além daquilo que já é contratado. São mais cem milhões para uma coisa chamada manutenção do equilíbrio financeiro. Um sistema que todo mês pede à Câmara Legislativa que remaneje mais cem milhões, cinquenta milhões, oitenta milhões, não tem equilíbrio. Ele é desequilibrado! Está errado. E o mais grave ainda é não termos transparência acerca desse valor, se é o valor realmente correspondente à quantidade de cartões que foram passados nas catracas e se esse valor realmente condiz à quantidade de linhas, de serviços prestados pelas empresas. A gente está destinando um dinheiro ao pagamento de uma coisa que não tem comprovação de que deva ser paga. Essa é a grande questão desse projeto, assim como tantos outros que foram e ainda serão votados nesta Casa, porque, pelo que o governo sinaliza, será preciso mais dinheiro

S/Mayara (34)

MAYARA/GISELA

mais dinheiro para as empresas de ônibus até o final do ano.

Então, há uma coisa muito errada nisso tudo, que é a Casa do Povo beneficiar as empresas de ônibus sem qualquer transparência e, principalmente, sem um serviço de qualidade. O sistema de transporte público do Distrito Federal

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	95

é um dos piores do mundo. É uma tragédia para o usuário. Esse novo edital, essa nova licitação precisa ser feita, mas não para reproduzir o que já existe hoje. Há problemas, muitos problemas.

E mais, ainda: peço novamente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal que dê início à auditoria que foi pedida pelo nosso mandato, uma auditoria no nosso sistema de bilhetagem. O sistema de bilhetagem é uma caixa preta. Não sabemos quantos cartões são passados, quanto que as empresas estão recebendo do usuário e quanto que o governo deve, de fato, a essas empresas. Quem diz a elas quanto o governo deve? Elas, mesmas.

Então, quando o sistema migrou do DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal para o BRB – Banco de Brasília, o discurso do governador, inclusive, era de que haveria mais transparência. Mas não há mais transparência. Pelo contrário, a caixa preta continua ainda mais blindada, sem que a gente tenha acesso, e, quando a gente pede dados, vem um monte de planilhas totalmente descoordenadas, com dados confusos.

Então, peço novamente ao Tribunal de Contas que dê início a essa auditoria, para que esta Casa tenha segurança – aí, sim – em votar projetos de crédito suplementar, porque hoje – digo novamente – estamos pagando uma coisa que não sabemos se deve ou não ser paga.

Por essa razão, mais uma vez, ratifico aqui que meu voto será contrário a esse crédito suplementar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	96

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Como Líder de Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, oriento a base do Governo, os Deputados aliados contra o parecer da Deputada Júlia Lucy, por alguns motivos.

Primeiro, os trabalhadores do transporte ficarão sem salário a partir de sexta-feira. Segundo, desde que governo é governo, todos sabemos que o transporte do Distrito Federal sempre foi subsidiado. Ele sempre foi deficitário em todos os governos. Todos!

Então, fica todo mundo fazendo este discurso de que se vai colocar dinheiro de novo no transporte! Aproveito e digo aqui: no Governo do PT – Partido dos Trabalhadores, do Agnelo, do Rollemberg, de todos, houve suplementação. Todos! Mostrem-me em que governo não houve suplementação no transporte! Vamos parar de fazer discurso assim, gente!

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que é do transporte, que é pelos trabalhadores! Vamos colocar o salário dos trabalhadores, que é na sexta-feira!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. Em seguida, ao Deputado Chico Vigilante. Depois, ao

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	97

Deputado Fábio Felix e, ao final, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. A Deputada Arlete Sampaio também acabou de se inscrever.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Como Líder da Maioria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que a gente precisa trazer mais uma vez a verdade à tona. Vale lembrar que o contrato, que é assinado, de concessão entre o Governo do Distrito Federal e as empresas de ônibus prevê algumas coisas.

Primeiro, prevê um subsídio, porque a planilha de custos, Deputado Hermeto... Infelizmente, se se tirar esse subsídio... O preço da passagem – eu queria que todo mundo prestasse atenção – hoje é de 13 reais. Os subsídios, Deputado Chico Vigilante, custam hoje para os cofres públicos R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), fora a tarifa-passageiro, que é aquilo que o passageiro paga para entrar dentro do ônibus.

Ponto dois: é importante salientarmos que estávamos em um momento de pandemia, em que o fluxo de passageiros diminuiu. Com a diminuição do fluxo de passageiros, a tarifa técnica aumenta. Por que a tarifa técnica aumenta, Deputado Fábio Felix? Por uma coisa: porque ela é calculada pelo índice de passageiro por quilômetro. Para quem não sabe, esse cálculo é feito da seguinte forma: você pega a quantidade de passageiros que transporta por quilômetro e insere os custos que são colocados ali. Então, quanto maior o índice, menor o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	98

preço da passagem. Quanto menor o índice, maior o preço da passagem. Só que, para não repassar, Deputado Robério Negreiros, esse custo ao cidadão, faz-se – e, aí, uma forma inteligente que o contrato fez isto na época do Governo Agnelo, quero deixar isso claro

s/ Célia Franca (35)

CÉLIA FRANCA/RODRIGO

na época do Governo Agnelo, quero deixar isso claro - foi fazer um subsídio para que o passageiro não pagasse essa variação que existe no cálculo da famosa tarifa passageiro. Esses 100 milhões, só para vocês terem uma ideia, eles sequer pagam. E quais são os subsídios? Subsídios que são pagos que estão no contrato e que então foram assinados pelo governo e pelas empresas. As gratuidades são subsidiadas, porque elas não saem de graça. A gratuidade é para quem não usa, mas alguém paga, e quem paga isso é o consumidor, quem paga isso é o contribuinte.

Não estou aqui discutindo mérito. Por exemplo, estudantes da rede privada, da rede pública, concurseiros, estudantes que estão fazendo escolinha de inglês – não estou, mais uma vez, discutindo o mérito – têm direito à gratuidade, aprovado por esta Casa. Não estou aqui discutindo mérito, não é isso. Mas isso tem um custo, e quem paga esse custo? Nós, contribuintes, e que vem em cima de um remanejamento orçamentário desse.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	99

A segunda gratuidade diz respeito às pessoas com deficiência – mais uma vez não estou discutindo o mérito –, os idosos, policiais militares, policiais civis à paisana, corpo de bombeiros. Mais uma vez não estou discutindo o mérito! Mas tudo isso que eu estou falando pra vocês são subsídios que saem dos cofres do Distrito Federal, e todos os contribuintes pagam, não somente os usuários. Lembrando, subsídios são mais de 70 milhões por mês, se querem discutir transporte público, vamos discutir – e aí eu concordo com o Deputado Chico Vigilante. Amanhã, Deputado, vou estar na sua comissão geral, porque nós temos de discutir o modelo. É esse modelo que foi colocado aqui em Brasília. Nós temos de discutir investimentos de transporte de massa, ampliar o metrô, VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos, VLPs – Veículos Leves Sobre Pneus, mon trilhos e utilizar os ônibus somente como linha de abastecimento, que, este sim, está no Plano Diretor de Transporte Urbano aprovado no Governo Agnelo, que é um belíssimo documento que deveria sair do papel.

Se querem discutir o transporte, não vamos discutir somente o repasse para as empresas, porque elas não são bandidas! Vamos discutir todo o sistema de transporte do Distrito Federal, que não é o mais caro. Ele é o mais deficitário do Brasil, porque o nosso IPK – Índice de Passageiro por Quilômetro é muito baixo. O ônibus sai da Ceilândia lotado, anda 32 quilômetros sem pegar um passageiro e desembarca todos os passageiros na Rodoviária

Enquanto São Paulo, enquanto Rio de Janeiro, enquanto Curitiba...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	100

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.). Todos eles, em cada três quilômetros há uma renovação inteira praticamente dentro dos ônibus. Não venha comparar o Distrito Federal com São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, porque aqui um ônibus anda 32 quilômetros sem pagar um passageiro. Em São Paulo, não passam de 3.

Vamos discutir o sistema inteiro, mas não vamos fazer falácia! Vamos discutir o sistema inteiro, vamos tirar PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do papel. E aí, sim, quero ver a papel e aí sim quero ver a contribuição de todos os Deputados para fazerem investimento no transporte de massa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Delmasso .

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. Vamos seguir as inscrições.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Delmasso, na semana passada aprovamos aqui um projeto de decreto legislativo por treze votos favoráveis,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	101

acabando com uma coisa que estava errada. O Conselho de Transporte havia aumentado de sete para dez anos a vida útil dos ônibus. Junto a esse projeto de 100 milhões virão mais outros. Por isso que eu estou convocando e está aprovada essa comissão geral, amanhã. O Secretário de Transporte terá de estar aqui amanhã, os proprietários de empresas de ônibus do Distrito Federal têm que parar de se esconder e vir também.

S/Jacqueline

JACQUELINE/RODRIGO

os proprietários de empresas de ônibus do Distrito Federal têm que parar de se esconder e vir também. E aqui estará o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Brasília.

Nós estamos numa situação, Presidente Deputado Rafael Prudente, em que o passageiro, o usuário do ônibus do Distrito Federal, virou refém do sistema. O sistema está errado. É passado o recurso, o rodoviário não recebe e vai para a greve. Aí, vem a farra dos piratas. Ou alguém tem dúvida de que se não houver o pagamento na sexta-feira, o sistema não vai estar parado?

Eu até propus ao Líder do Governo que a gente votasse isso aqui depois da audiência pública. Só que a próxima terça-feira é feriado. Não tem como votar na outra terça. Mas amanhã a gente precisa efetivamente passar esse sistema a limpo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	102

Deputado Delmasso, o Plano Diretor do Transporte – um dos melhores planos que existem no Brasil, ou talvez o único –, aprovado no Governo Agnelo, precisa ser posto em prática. Não dá para continuar do jeito que está. Precisa ser posto em prática. A gente precisa resgatar os usuários para que eles não continuem sendo reféns de um sistema perverso.

Portanto, eu fiz um entendimento aqui com o Líder do Governo, que a gente derrubaria aquela questão da idade, e eu votaria a favor do repasse. Ouviu, Deputado Hermeto? E se existe uma coisa que eu honro é a palavra. Político que não tem palavra não vale nada. Portanto, eu vou votar.

O secretário já me garantiu que estará aqui amanhã. Espero que todos os Deputados venham. Mas os proprietários das empresas têm que estar aqui também. E o governo tem que imprensá-los para que venham, bem como o presidente do sindicato. Vai ser presencial, aqui em plenário. É importante que todos os Deputados estejam aqui para fazer todos os questionamentos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu comecei o debate sobre esse tema, na nossa última sessão plenária, posicionando-me contrariamente a esse projeto. Eu queria reforçar um pouco o meu posicionamento nesta sessão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	103

A primeira razão é que eu acho que a sociedade hoje tem uma dificuldade imensa com o nosso sistema de transporte público. Como bem foi falado aqui, os nossos passageiros entram numa lata de sardinha e são despejados no final do seu itinerário. Essa é a péssima qualidade do transporte público no Distrito Federal.

Além disso, falta transparência em todos os procedimentos e processos.

Na última sessão, eu falei que era o melhor negócio. Era o melhor negócio porque se entregar o serviço, ganha. E se não entregar o serviço, também ganha! Se houver gente utilizando o passe livre, ganha. E se não tiver gente utilizando o passe livre, também ganha! Esses caras ganham sempre! E não há transparência para a população do Distrito Federal!

Além disso, Deputado Hermeto e Líderes do Governo, o governo manda um projeto que não detalha as condições desse remanejamento financeiro do ponto de vista técnico.

Deputado Rafael Prudente, é um tema difícil de explicar. Eu vi que há um esforço enorme dos Parlamentares para fazer a explicação desse tema. A gente se sensibiliza, inclusive, com a folha de pagamento de centenas de trabalhadores e trabalhadoras que, muitas vezes, são utilizados pelos empresários e pelo governo em chantagem com esta Casa. Eles são utilizados como chantagem. Mas o governo sequer, na sua proposta, apresenta os detalhes técnicos para garantir a aprovação desse projeto de lei. Então, isso dificulta porque nós também não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	104

podemos aceitar essa chantagem em cima da Câmara Legislativa do Distrito Federal!

Obviamente, sou a favor dos trabalhadores e trabalhadoras do transporte público desta cidade, mas não me sinto à vontade para votar esse projeto de lei, porque ele não cumpre os critérios técnicos e é uma caixa-preta no transporte público do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu penso que quando o Governador Agnelo realizou a licitação

s/luciana

Taquígrafa: Luciana Fleith

REVISÃO: PHILIPPE

Eu penso que, quando o ex-Governador Agnelo realizou a licitação para o transporte coletivo, ele quebrou uma situação extremamente grave em Brasília de três grandes famílias dominarem o transporte coletivo aqui: a família Canhedo, a família Nenê Constantino e a família Amaral.

Foi feita a licitação e muitos aqui da Câmara criticaram a tal tarifa técnica. Quando o ex-Governador Rollemberg assumiu, a primeira coisa que ele fez foi aumentar a tarifa técnica e nós hoje somos prisioneiros sempre dessa lógica que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	105

as empresas colocam. Então, de fato, eu acho muito importante o Deputado Chico Vigilante convocar essa comissão geral, e nós temos que cobrar do governo agilidade no sentido da nova licitação que vai dizer o que se vai fazer.

Eu me posicionei, todas as vezes, aqui, contra este projeto, mas eu hoje vou me abster, simplesmente porque entendo que é uma engrenagem que é difícil de vencer apenas votando a favor ou contra, é uma engrenagem que envolve, inclusive, interesses dos trabalhadores. Se é verdade que isso é usado como chantagem contra os trabalhadores, é verdade também que é concreto e objetivo que eles têm que receber o salário. Então, eu vou me abster, mas estarei presente na comissão geral e nós temos que cobrar do governo, o mais rapidamente possível, uma nova licitação para o transporte coletivo que possa aprender com os erros que foram cometidos nesta.

Por exemplo, eu acho que questão mais séria diz respeito a essa opção de fazer a integração. Quando se faz integração, você dá um cartão para o usuário, ele sai de um ônibus, entra em outro, até chegar aonde quer – ele paga uma única tarifa, mas as empresas recebem três tarifas. Quem paga? Quem paga é o Poder Executivo.

Não existe transporte coletivo no mundo que não seja subsidiado. Agora, o que está acontecendo em Brasília é muito além do subsídio. Existem equívocos que têm que ser corrigidos e nós precisamos urgentemente fazer com que haja maior transparência. Eu, inclusive, fiz um projeto de lei que está agora

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	106

tramitando, cobrando exatamente a transparência das empresas com relação à demonstração dos seus custos e dos seus ganhos, para que possamos tomar decisões acertadas.

Então, é isso. Muito obrigada.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como o *quorum* estava reduzido, sempre usando aqui os mecanismos legislativos de minoria, eu, o Deputado Leandro Grass e a Deputada Júlia Lucy iríamos sair para tirar o *quorum* mesmo, porque consideramos um absurdo votar isso sem as devidas planilhas exigidas no relatório da Deputada Júlia Lucy.

Sr. Presidente, considerando que amanhã haverá uma comissão geral e que tal comissão só foi convocada a pedido do Deputado Chico Vigilante em virtude da fragilidade da justificativa apresentada no projeto, por que não esperamos que os interessados nos tragam as tais planilhas amanhã e expliquem as tais planilhas para votarmos o projeto na terça-feira da semana que vem?

Não adianta vir com esse argumento fajuto e mentiroso de que, se não votarmos esse crédito, os trabalhadores ficarão sem salário. Nós não, porque eu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	107

não fui. Já vieram com esse argumento mentiroso quando foi para aprovar o crédito do Iges, dizendo que era para pagar salário de servidor quando, na verdade, era para pagar benesse de diretoria que nada faz e muito ganha.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

Em seguida, passarei a palavra à Deputada Júlia Lucy pela ordem e depois vou entrar em votação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só corroborar a fala do Deputado Delmasso e com todo respeito à Oposição.

Quando a gente fala sobre a questão de crédito para o transporte, no início do Governo Ibaneis, o governo enviou um projeto a esta Casa para rediscutir a questão do passe estudantil e eu acho que se equivocou dentro de um critério, colocando uma taxa para os alunos da rede pública da qual eu discordo, mas o que esta Casa deveria fazer era repensar a colocação, que a maioria dos estados não tem, do pessoal da rede privada. Na época.

s/Ana Luísa

ANA LUISA

REVISÃO: PHILIPPE

Pessoal da rede privada. Na época, se não me falha a memória, era um aporte de 74 milhões/ano que o GDF poderia economizar e mandar para a saúde.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	108

E a gente poderia colocar aqueles que estudam em escola privada, desde que tenham um financiamento público, não qualquer financiamento, seja o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, como exceção nessa cota.

Esta Casa tem que discutir isso porque esse poço sem fundo também tem papel desta Casa em outras legislaturas com a votação dessa emenda que, se não me engano, foi do Deputado Prof. Israel, hoje Deputado Federal. Essa brincadeira aumentou quase cem milhões no ano. A gente poderia rediscutir isso e colocar realmente quem precisa, que são os alunos da rede pública e das universidades públicas.

O que acontece? Além de colocar a rede privada, colocou cursinho. A pessoa faz um cursinho de matemática e pode usar o gratuito. Como os Deputados falaram aqui, não existe coisa gratuita no Estado. Isso tem um custo. O que a gente tem de rediscutir é isso.

O governo enviou esse crédito há várias semanas. Creio que vai haver comissão geral. Faço um apelo aos colegas para que a gente consiga votar esse crédito hoje. Peço, também, à Oposição que possa manter o *quorum*. Solicito, Presidente, a verificação de *quorum* para que o governo não tenha o risco de perder esse crédito que é muito importante para o pagamento do sistema.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Há 18 Deputados em plenário, Deputado Robério Negreiros.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	109

Estamos, ainda, votando o parecer. Depois temos de votar outro parecer. Em seguida, temos de fazer a votação em primeiro e segundo turnos. Teremos tempo para o debate.

Peço um pouco mais de celeridade aos senhores.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, que bom que se discutiram algumas questões aqui. Como não existe... É bom a gente ver agora algumas falas comprovando que não tem nada grátis. Já chegaram propostas aqui: "Ah, não, mas isso não vai impactar no valor." E eu sempre mostrei que sim, que impactaria. Sempre votei "não".

O fato é que nós não estamos discutindo agora subsídio para empresa. Nós não estamos discutindo agora quem vai ter acesso à suposta gratuidade. Nós não estamos discutindo aqui o contrato. Nós não estamos vendo uma nova licitação. Não é esse o ponto aqui! Não vamos inverter! Quem é o dono do dinheiro, uma vez que vai para o cofre público, é o Executivo. Ele é o gestor. É ele quem tem que manejar esse dinheiro e ele está dizendo agora para nós, Deputados: "Preciso de mais dinheiro." Sabe aquela criança, aquele adolescente que gasta o cartão da mamãe?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	110

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputada Júlia, V.Exa. já discutiu. Qual é a questão de ordem?

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é que o argumento que está sendo apresentado aqui não foi o que eu falei. Estão desvirtuando. Nós temos que seguir a lei. Repito: a gente não é mãe para ficar dando dinheiro sem saber o que está acontecendo.

Precisamos saber a justificativa, colegas. Jogar nas nossas costas agora: “Não vai pagar o trabalhador” é, sim, mentiroso, porque tinha dinheiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputada.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Então, mostre agora: cadê o dinheiro? Para onde foi? Cadê a necessidade de reequilíbrio? Nós não sabemos! É, sim, um cheque em branco. É, sim, uma irresponsabilidade.

A culpa, se não pagar algum trabalhador, é do Governador Ibaneis.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 08 2021	15h18min	13ª Sessão Ordinária	111

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

Lembrando que o Líder do Governo orientou o voto “não”.

O Deputado Fábio Felix orienta a Minoria a votar “sim”.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

Como vota a Deputada Arlete Sampaio? Pode usar o microfone, caso queira. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 4 votos favoráveis, 13 votos contrários e 1 abstenção.

Está rejeitado o parecer da CEOF.

Solicito ao Deputado Valdelino Barcelos.

s/Dayse. S/Revisão: Ive.

DAYSE/IVE (Super, deixei como aconteceu esse relatório do vencido.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Valdelino Barcelos, que emita parecer do vencido da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS (PP. Pare emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 2.057/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à